

# Os sentidos dos textos ou algumas considerações sobre Filologia, Hermenêutica e Análise de Discurso

*The meanings of texts, or some considerations on Philology, Hermeneutics and Discourse Analysis*

Recebido em 23 de dezembro de 2016. | Aprovado em 06 de fevereiro de 2017.

DOI: <http://dx.doi.org/10.24206/lh.v2i2.10011>

Ceila Maria Ferreira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo é o texto, com modificações, de uma palestra que proferi em São Paulo, na USP, em uma das Semanas de Filologia, a X, e versa sobre relações entre Filologia, entendida aqui como Crítica Textual, Hermenêutica e Análise de Discurso de linha francesa. Para maiores exemplificações, falo também sobre aspectos da transmissão e da recepção de *Papéis Avulsos*, de Machado de Assis, e de *Máximas de virtude e formosura* ou *Aventuras de Diófanos*, de Teresa Margarida da Silva e Orta. É preciso que se diga que tais questões estão relacionadas à materialidade textual, à leitura e à interpretação de textos e têm como exemplo obras e edições publicadas no século XIX e no século XVIII em língua portuguesa.

**Palavras-chave:** Filologia; Crítica Textual; Hermenêutica; Análise de Discurso; Literatura.

**Abstract:** This article is a modified version of a talk I gave at the University of São Paulo, Brazil, in one of the Philology Weeks, X, in which I discussed the relationships between philology, understood here as textual criticism, hermeneutics, and discourse analysis from the French tradition. I provide some examples that investigate aspects of the transmission and reception of *Papéis Avulsos* [*Loose Leaves*], by Machado de Assis, and *Máximas de Virtude e Formosura* [*Maxims of Virtue and Beauty*] or *Aventuras de Diófanos* [*Adventures of Diophanes*], by Teresa Margarida da Silva e Orta. The issues discussed are related to the materiality, reading, and interpretation of texts, and draw on examples taken from Portuguese language works and editions from the eighteenth and nineteenth century.

**Keywords:** Philology; Textual Criticism; Hermeneutics; Discourse Analysis; Literature.

---

<sup>1</sup> Professora Associada II de Crítica Textual do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Coordena o *Laboratório de Ecdótica* (Labec-UFF). Está, no biênio 2016-2018, como vice-coordenadora do GT de Crítica Textual da ANPOLL. É também romancista premiada com a obra *A Mulher do Dia*, publicada, em 2011, pela Galo Branco. Mantém um blog intitulado Crítica & Arte, disponível em <<http://ceilaferreira.blogspot.com.br/>>. ceilamaria@hotmail.com.

A grande questão, quando nos interessamos pela história da produção dos significados, é compreender como as limitações são sempre transgredidas pela invenção ou, pelo contrário, como as liberdades da interpretação são sempre limitadas. (CHARTIER, 1999, p. 19).

“Decifra-me ou eu te devoro”, dizia a Esfinge a todos os que dela se aproximavam até chegar a vez de Édipo que, ouvindo o enigma, conseguiu decifrá-lo.

Hoje, continuamos a ouvir tal desafio seja quando tomamos conhecimento da história do rei de Tebas seja quando, diante de palavras, de textos, nos perguntamos: eles ou elas que significam? O que querem dizer?

Palavras e textos nos desafiam quando estamos acordados, assim como quando estamos dormindo em nossos melhores sonhos e em nossos piores pesadelos. E nos desafiam, não só os textos verbais, mas toda a espécie de textos. Propagandas, *outdoors*, discursos políticos, artigos de revistas e de jornais etc. O que está por trás das palavras que, ao passar do tempo e dependendo da situação em que são proferidas, lidas e de quem as profere, têm seus sentidos alterados e/ou abrem-se a novos sentidos?

Questões que envolvem interpretação, sentidos de palavras, de textos fazem parte, por exemplo, do universo tanto da Filologia como da Hermenêutica e da Análise de Discurso. Contudo, conforme disse Maximiano de Carvalho e Silva (2006, p. 1) no artigo intitulado *Crítica Textual : Conceito-Objeto-Finalidade*:

Uma vez que a palavra Filologia é usada em pelo menos três acepções – a primitiva de culto a erudição ou de sabedoria em geral, a equivalente à de Linguística e a equivalente à de Crítica Textual – só achamos cabível o seu emprego num contexto que esclareça o seu significado.

Ou seja, para falarmos de Filologia e sermos bem entendidos, é conveniente que façamos uma explicação sobre qual Filologia nos reportamos.

Estamos falando aqui da Filologia como Crítica Textual, mas da Crítica Textual no sentido mais amplo de disciplina que estuda a transmissão de textos e que estuda e prepara a reconstituição de textos ou tentativas de reconstituição de textos e de representações da última redação autoral ou de testemunhos que mais se aproximam de uma redação autoral. Além disso, estuda a materialidade dos textos, as etapas ou etapas do processo de sua construção e de sua gênese e os aproxima ou tenta aproximá-los, por meio de interpretações e de comentários, ao leitor contemporâneo do editor crítico.

No aspecto da atividade da Crítica Textual ou Filologia de interpretação e de comentários de textos, há a aproximação ou mesmo uma fusão entre Filologia ou Crítica Textual com a Hermenêutica Literária entendida aqui como interpretação de textos literários. A parte dos comentários exegéticos seria uma materialização da interseção entre Filologia e Hermenêutica ou podemos também entender a um determinado tipo de Hermenêutica como um aspecto particular da Crítica Textual ou da Filologia, conforme palavras de Maximiano de Carvalho e Silva (2006, p. 1), em artigo anteriormente citado neste trabalho.

Diz o eminente Professor Emérito da UFF:

Não vemos nenhum inconveniente em usar as palavras Estemática, Variantística, Crítica Genética e Hermenêutica para designar aspectos particulares das atividades de Crítica Textual, como tem sido feito por vários ensaístas.

Quanto à Análise de Discurso, é preciso também dizer sobre qual Análise de Discurso estamos falando. Estamos falando, aqui neste trabalho, da Análise de Discurso da escola francesa que recebeu forte influência de Michel Pêcheux.

Segundo Eni Orlandi (2013, p. 17):

Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa? [...]

Para a Filologia, para a Hermenêutica e para a Análise de Discurso, a questão do sentido está inegavelmente entre suas questões centrais. Contudo, também para a Filologia, estudar como os textos significam, questão presente na Análise de Discurso, é importante e, sem dúvidas, reforça e atualiza estudos acerca das variantes autorais (o autor disse isto e depois alterou para aquilo? o que era possível dizer aqui? o que não era possível dizer naquela situação, naquele tempo?), como também os estudos de estilos de época (ligados a ideologias e a subjetividades vigentes em um dado período histórico) e os da própria imagem do autor como construtor de uma obra inserida em um projeto político-literário por exemplo. Variantes, estilos de época e a própria função-autor podem ser estudados levando-se em conta os conceitos de formação discursiva, formação ideológica e interdiscurso presentes na Análise de Discurso.

Já lembrava Cesar Nardelli Cambraia (2012, p. 142), num artigo intitulado *Perspectivas para a Crítica Textual no Brasil: ultrapassando fronteiras*, que a Análise de Discurso tem muito a ganhar com uma maior interação em relação à Crítica Textual, assim como a Crítica Textual pode se enriquecer com essa maior interação, pois, no caso da Análise de Discurso, é interessante saber quais eram as estratégias discursivas dos copistas, caso tais intervenções no texto sejam voluntárias.

A respeito da Hermenêutica e da Análise de Discurso, há uma publicação de 1982, assinada por Pêcheux, Jacqueline Léon, Simone Bonnafous e Jean-Marie Maradin (Apresentação da Análise Automática do Discurso, o quinto da coletânea *Por uma análise automática do discurso*), em que a Hermenêutica é citada como uma das três ideias dominantes dos anos de 1960<sup>2</sup> – contra as quais a problemática estruturalista (em torno de Levi-Strauss, Foucault, Barthes, Althusser, ...) havia construído um programa de trabalho (PÊCHEUX *et al*, 1997, p. 253).

Nessa mesma publicação, nas páginas 277-278, os autores dizem que o dispositivo desenvolvido em AD e utilizado por eles estava ainda inserido em uma visão hermenêutica e afirmam que essa prática precisava ser abandonada e substituída por uma prática contraditória, tomando a morfologia e a leitura como provocação à leitura e não como “prótese de leitura”.

Ser como uma prótese de leitura, assim também já foram vistos muitos dos comentários que fazem parte de edições críticas. Tais comentários também já foram vistos como uma espécie de aprisionadores ou prisões de leituras e os autores desses comentários, os filólogos ou críticos textuais, como aqueles que desconheciam a natureza polissêmica e simbólica dos textos literários.

Uma das críticas mais devastadoras que sofreu a Filologia foi a de Roland Barthes em textos presentes numa coletânea publicada no Brasil com o nome de *Crítica e Verdade*.

Nessa coletânea, da qual já me reporte em trabalho apresentado na IX Semana de Filologia, o autor de *Fragmentos do discurso amoroso* vai dizer que a crítica antiga – e a Filologia seria uma das representantes da Crítica Antiga – sofreria de assimologia, ou seja, de surdez aos símbolos. Nada mais devastador numa época – com forte influência da psicanálise de matiz lacaniana – que influenciou e influencia o pensamento pós-moderno e acadêmico e grande parte dos estudos literários que veem na Linguística um modelo para suas pesquisas – a Linguística foi considerada pelo Estruturalismo, conforme Carlos Nelson Coutinho, em *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*, como a ciência que “fornece o modelo supremo de inteligibilidade dos fatos sociais” (COUTINHO, 2010, p. 80). E a Filologia? Bem, a Filologia é ainda vista, por um grupo expressivo de acadêmicos, como a fase não científica da Linguística. Tais acadêmicos parecem desconhecer a história e os trabalhos realizados no campo da Filologia/Crítica Textual apesar de trabalharem com textos literários. Contudo, isso vem mudando.

Segundo palavras de Carlos Reis e Maria do Rosário Milheiro, em *A Construção da Narrativa Queirosiana: O Espólio de Eça de Queirós* (1989, p. 20-21), a propósito da construção da imagem de um escritor, de sua obra, da publicação de póstumos e da natureza polissêmica da obra literária:

<sup>2</sup> As outras duas seriam a Análise de Conteúdo e a Teoria da Informação. Agradeço a Rodrigo Oliveira Fonseca, professor da UFSB e membro do CONTRADIT (Coletivo de Trabalho *Discurso e Transformação*), pela indicação do referido artigo.

Se pode discutir-se, no plano da apreciação estético-literária, a deliberação livremente adotada por um escritor de rasgar os seus originais, não há dúvida de que o seu estatuto de autor-criador confere-lhe o direito (que corresponde também a um direito de propriedade) de fazer desaparecer aquilo que, por não ter sido reproduzido e divulgado, não chegou a entrar no património cultural coletivo. Diferente é naturalmente a questão a partir do momento em que o autor publica uma obra: em certo sentido, ela deixa de lhe pertencer e vive uma existência autónoma, a que R. Ingarden, numa perspectiva fenomenológica, chamou “a ‘vida’ da obra literária nas suas concretizações e as suas transformações como consequência das mutações destas”. Nestas circunstâncias, de pouco servem os direitos do autor: a publicidade, a crítica literária, as sucessivas leituras por sucessivos leitores, tendem a configurar dessa obra uma imagem que escapa ao controlo do escritor. [...]

Se prestamos atenção à citação do texto de Carlos Reis e de Maria do Rosário Milheiro, percebemos que os professores/pesquisadores portugueses dizem que em certo sentido, ela, a obra, deixa, depois que é publicada, de pertencer ao autor e vive uma existência autónoma. Mas, dizem: em certo sentido e não completamente e esse sentido, não se levando em conta a questão do domínio público, tem a ver com a questão da natureza do texto literário, assim como da leitura de um texto literário. Todos nós sabemos: o texto literário é aberto a muitas interpretações e seus sentidos escapam à vontade autoral.

A leitura ou as leituras de uma obra estão muito ligadas às vivências, às leituras, à cultura dos leitores e das leitoras. Também estão vinculadas à mentalidade ou a mentalidades vigentes em cada uma das épocas em que a obra foi e é transmitida. Contudo, elas não são completamente abertas. Tem limites ou contingências.

Segundo a Análise de Discurso, nas palavras de Eni Orlandi (2013, p. 47):

[...] Para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante. Daí resulta que a interpretação é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições. Ela não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. A interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social. [...]

A respeito da interpretação em Filologia, podemos também entender, conforme uma das hipóteses levantadas por Ivo Castro em *O Retorno da Filologia* (1995, p. 5-6): quando, por exemplo, o filólogo escolhe uma espécie de transcrição de texto, mas não vamos aqui nos aprofundar nesse sentido da palavra interpretação.

Voltando à questão da leitura, é bastante esclarecedor o seguinte trecho de *A Aventura do Livro*: do leitor ao navegador, entrevista de Roger Chartier a Jean Lebrun (1999, p. 77):

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. Do rolo antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler. Elas colocam em jogo a relação entre o corpo e o livro, os possíveis usos da escrita e as categorias intelectuais que asseguram sua compreensão.

Podemos dizer que a leitura parte do texto, mas depende muito de seus leitores, do seu gênero literário assim como de fatores que podemos chamar de extra-literários como o prestígio de seu autor no meio literário e não-literário, da divulgação da obra e de sua fortuna crítica, as quais condicionam e muito as leituras que tal obra passará a ter a partir da divulgação dessa fortuna crítica, por exemplo, e à medida que ela vai sendo construída, divulgada e assumindo cada vez mais lugares de visibilidade e de autoridade. Outra questão importante são os currículos acadêmicos. As obras lidas nas universidades e quais são as disciplinas mais valorizadas no seio, por exemplo, dos Institutos e das Faculdades de Letras, também terão relação com o que é valorizado como literatura

e como questões que norteiam a leitura, os estudos literários e, de certa maneira, até mesmo a produção literária ou, se não isto, a valorização de formas de produção de literatura e de determinados gêneros literários.

E quando falamos de críticos literários, falamos também de leitores – os críticos são leitores detentores de autoridade - e de seus universos simbólico-culturais. Mas falamos também das formações discursivas vigentes na época em que vivem ou em que viveram esses leitores e o próprio autor da obra<sup>3</sup>. Lembro-me aqui de um provérbio árabe citado por Marc Bloch, em *Apologia da História*, ou o ofício de historiador. Diz ele: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais” (2001, p. 60). As obras dizem muito da época e das épocas em que foram produzidas e transmitidas. Sim, os sentidos que nascem da leitura de uma obra – esses sentidos vão nascendo antes da leitura do texto da obra em si – também estão relacionados à materialidade das publicações: ao suporte, ao formato, ao tipo e à qualidade da edição ou das edições em que essa obra foi ou vai sendo transmitida ao longo do tempo, disso também fala Chartier em obra anteriormente citada.

Vou dar aqui, embora resumidamente, dois exemplos, sobre o que acabei de dizer. Um, sobre a mudança de suporte, formato e outro, sobre o tipo e a qualidade da edição, os dois em relação à produção de sentidos. Um, da publicação de *O Alienista*, de Machado de Assis, no *Jornal Ilustrado A Estação* e na primeira publicação deste conto em livro e, outro, a respeito de uma obra hoje praticamente esquecida chamada *Máximas de virtude e formosura* ou *Aventuras de Diófanes*, de Teresa Margarida da Silva e Orta, uma senhora que viveu no século XVIII e que nasceu no que é hoje a cidade de São Paulo, mas que viveu a maior parte de sua vida em Portugal.

*O Alienista* foi publicado pela primeira vez no *Jornal Ilustrado A Estação*, pela Lombaerts, de 15 de outubro de 1881 a 15 de março de 1882. Nesse Jornal, que era dividido em duas partes, a primeira, destinada à moda e a segunda, à literatura, podemos ler a primeira versão da história da Casa Verde, do dr. Simão Bacamarte e das demais personagens do famoso conto de Machado de Assis. Digo primeira versão porque o texto que lemos em formato de livro, na edição de 1882, também saído pela Lombaerts, apresenta diferenças substantivas em relação ao publicado em *A Estação*, inclusive, em relação ao final do conto. Além disso, na página em que o conto começa a ser publicado, na página 231, na publicação saída no dia 15 de outubro de 1881, logo abaixo do título LITTERATURA, há, no final dessa página, uma ilustração de um retrato de uma senhora chamada Juliette Lamber.

Os leitores daquela época saberiam dizer quem foi ou era Juliette Lamber? Muito provavelmente sim e, além disso, há uma nota, naquele mesmo número de *A Estação*, que fala a respeito de Juliette Lamber.

Pesquisando na Internet pelo nome Juliette Lamber, encontramos o retrato de Juliette Adam, que muito se assemelha ao de Juliette Lamber publicado em *A Estação*, e ficamos sabendo que o nome de solteira de Juliette Adam era Juliette Lambert e não Lamber.

Na assinatura que acompanha o retrato em *A Estação* faltou o traço característico da letra t.

Vejamos o retrato de Juliette Adam:



Fonte: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Juliette\\_Adam](http://en.wikipedia.org/wiki/Juliette_Adam)>

<sup>3</sup> “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito. [...]” (ORLANDI, 2013, p. 43).

Sobre Juliette Lambert ou Adam, segundo o verbete publicado na *Wikipedia*, era uma escritora, polemista, feminista, amiga de George Sand, que manteve um salão literário em que participaram muitos escritores de prestígio como Victor Hugo, Maupassant, Flaubert, só para citar alguns dos mais renomados e famosos. Portanto, o nome de Juliette Lambert devia ser conhecido dos leitores de *A Estação* em 1881, 1882. Tal conhecimento foi sofrendo apagamentos até os dias de hoje, pois o nome dessa escritora não é praticamente divulgado no Brasil, na atualidade, nem mesmo no meio acadêmico. Contudo, se puxarmos pela memória, há, em *O Alienista*, várias referências a acontecimentos da história da França, como, por exemplo, a Revolução Francesa. Lembra-se da expressão: Bastilha da razão humana? Além disso, *A Estação* teve como um de seus principais modelos uma revista publicada na França de nome *La Saison* e a Typografia Lombaerts, cujos proprietários eram belgas, importou, para o Brasil, a referida revista francesa<sup>4</sup>. Acerca da presença de alusões à Revolução Francesa em *O Alienista*, lembremos do capítulo intitulado *O Terror*. Todavia, a relativa facilidade de pesquisarmos na Internet, nos dias de hoje, ou seja, de acesso à informação com a maior popularização dos pcs, a partir do final dos anos 80 do século XX, e com iniciativas como a *Wikipedia* e a digitalização de obras, fotografias, enfim, fontes de pesquisa (é bom que se diga, nem sempre confiáveis) no século XXI, nos permitem reconhecer ou conhecer, naquele retrato, a imagem de uma escritora francesa, segundo o verbete da *Wikipedia*, feminista e republicana.

Pelo exame das ilustrações presentes em *A Estação*, podemos também ter acesso a maiores dados para estudarmos acerca de tendências político-ideológicas contidas naquela publicação. Porém, não sabemos se Machado de Assis tinha alguma ingerência em relação às imagens e aos artigos que acompanham a publicação dos contos que publicou até 1892 em *A Estação*.

Quanto à publicação de *O Alienista* na coletânea de contos reunidos em livro, por seu autor, em 1882, e saída também pela Lombaerts, mas sem as ilustrações publicadas em *A Estação*, podemos dizer que o referido conto é o primeiro dos doze que compõem o volume. Os outros onze são os seguintes: *Teoria do Medalhão*, *A Chinela Turca*, *Na Arca*, *Dona Benedicta*, *O Espelho*, *O Anel de Polycrates*, *O Segredo do Bonzo*, *Sereníssima República*, *O Empréstimo*, *Uma Visita de Alcebiades* e *Verba Testamentária*.

Segundo palavras do próprio Machado de Assis, na Advertência, que abre *Papéis Avulsos*, em 1882, tais contos: “são pessoas de uma só família que a obrigação do pai fez sentar a mesma mesa”.

A reunião de contos no referido volume potencializa o trabalho do autor em relação aos registros de palavras e frases características de fases distintas da história da língua portuguesa. Tais registros podem ser encontrados em contos como *O Alienista* – século XVIII – e *O Segredo do Bonzo* – século XVI –, por exemplo, assim como o exercício e a materialização de formas diferentes do gênero conto, como um esboço de uma nova teoria da alma humana, no caso de *O Espelho*; um diálogo, em *Teoria do Medalhão*; um capítulo inédito de Fernão Mendes Pinto, em *O Segredo do Bonzo*; um retrato, em *Dona Benedicta* e uma conferência do cônego Vargas, em *Sereníssima República*. Tal reunião, a nosso ver, potencializa ainda mais a valorização do nome e a obra de Machado de Assis na história da literatura.

A respeito de *Máximas de virtude e formosura* ou *Aventuras de Diófanes*, trata-se de obra em prosa literária com forte influência da literatura da antiguidade greco-latina. Foi publicada pela primeira vez em 1752, em Lisboa, mas ao longo de suas sucessivas edições foi sofrendo drásticas alterações no título, no número de capítulos e até mesmo no nome de sua autora. Além disso, como era costume no século XVIII, a obra foi publicada com pseudônimo, o que ajudou a ocultar o nome de quem a escreveu. Contudo, um conhecido e prestigioso bibliófilo, Barbosa Machado, atribuiu a referida obra literária à Teresa Margarida da Silva e Orta. Essa obra é de grande interesse para o estudo da prosa literária em língua portuguesa produzida no século XVIII, pois além de ter ligações com o ideário iluminista e de apresentar ideias que podemos chamar de feministas, apresenta, em seu Prólogo, uma interessante *Ars Poetica* do fazer literário em língua portuguesa daquela época. Contudo, pelos vários e graves problemas de edição que apresentou, pelas grandes alterações que sofreu, inclusive de título – além de se filiar a uma prosa de difícil leitura para nós, leitores da chamada época da Informática, pois sua prosa, apesar de poder ser classificada como Neoclássica – pela temática –, no estilo, apresenta forte influência do Barroco com suas idas e vindas, retomadas de assuntos e pontuação típica que, para nós, dificulta inclusive a respiração, em nossa ânsia por um ponto no lugar de dois pontos ou ponto e vírgula, os quais são pródigos nas páginas de *Máximas de Virtude e Formosura* ou *Aventuras de Diófanes*. É outra época, outro ritmo que também por serem diferentes merecem ser

<sup>4</sup> Sobre a Lombaerts: HALLEWELL, 2005, p. 229. Sobre *A Estação*: CRESTANI, Jaison Luís. O Perfil Editorial da Revista *A Estação*: Jornal Ilustrado Para a Família. (2008)

conhecidos. Mas os próprios programas curriculares de grande parte das universidades brasileiras não permitem que se valorize esse tipo de literatura, pois o foco desses programas está no estudo da literatura produzida, no máximo, no século XX. E será que o ocaso das literaturas de um passado mais remoto não está ligado à presença ainda tímida da Crítica Textual nos currículos acadêmicos, os quais, muitas vezes, não trabalham com o diálogo entre as disciplinas que o formam nem dão chances para o exercício da interdisciplinaridade?

Voltando à citação de Carlos Reis e de Maria do Rosário Milheiro, a obra, em certo sentido, deixa de pertencer ao autor, mas – podemos inferir – não deixa de lhe pertencer completamente, pois o nome do autor/da autora está – na maior parte das vezes – estampado nas obras que escreveu e publicou, além de que toda a interpretação, toda a leitura, toda a análise de um texto literário – assinado por seu autor/por sua autora – recebem influência do que foi construído em torno do nome desse autor/dessa autora. Além disso, a maior parte das leituras de textos literários deveria partir de uma edição crítica ou de texto crítico. E conforme disse a saudosa filóloga Luciana Stegano Picchio em *A Lição do Texto* (1979, p. 214), “o problema do filólogo é exactamente esse: como vencer o ruído do tempo?”<sup>5</sup> Ou seja: estão aí também presentes a questão do sentido e da interpretação quando falamos de transmissão e edição de textos.

Para melhor entendermos o trabalho filológico, é preciso indagarmos os mecanismos de constituição de sentidos, como quer a Análise de Discurso. Nada mais apropriado à aproximação entre a Filologia, a Hermenêutica e a Análise de Discurso.

Parafraseando Pêcheux e seus colegas: que a Filologia seja vista como uma provocação à leitura muito mais do que uma prótese de leitura. Falta parte expressiva da academia e dos órgãos de fomento terem abertura e vontade política para percebê-la como fundamental aos Estudos de Literatura e mesmo à grande parte dos Estudos Linguísticos.

## Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. *Crítica e Verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CAMBRAIA, César Nardelli. Perspectivas Para A Crítica Textual No Brasil: Ultrapassando Fronteiras. In: TELLES, Célia Marques; SANTOS, Rosa Borges dos (Org.). *Filologia, Críticas e Processos de Criação*. Curitiba: Appris, 2012.

CARVALHO E SILVA, Maximiano de. Crítica Textual: Conceito-Objetivo-Finalidade. *Boletim Informativo da Sociedade Sousa da Silveira*, n 1, p. 1-4, 2006. Disponível em: < <http://maximianocsilva.pro.br/doc7.htm>>. Acesso em: 4 maio 2015.

CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro: do leitor ao navegador. Conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CRESTANI, Jaison Luís. O Perfil Editorial da Revista *A Estação: Jornal Ilustrado Para A Família*. *Revista da ANPOLL*, v. 2, p. 323-353, 2008. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/67/61>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. O Alienista. *A Estação*. *Jornal Ilustrado para a Família*. Rio de Janeiro, Lombaerts, 15 de outubro de 1881 a 15 de março de 1882.

\_\_\_\_\_. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1882.

MARTINS, Ceila Maria Ferreira Batista Rodrigues. *Entre as Luzes e as Sombras do Iluminismo: uma edição crítica e comentada de Aventuras de Diófanos ou Máximas de Virtude e Formosura de Teresa Margarida da Silva e Orta*. Tese (Doutorado em Letras Clássicas), FFLCH, USP, São Paulo, 2002.

<sup>5</sup> Foi mantida a grafia original do texto citado.

REIS, Carlos; MILHEIRO, Maria do Rosário. *A Construção da Narrativa Queirosiana*. O Espólio de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1989.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*. Princípios e Procedimentos. 11ª ed. Campinas: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, Michel; LÉON, Jacqueline; BONNAFOUS, Simone; MARANDIN, Jean-Marie. Apresentação da Análise Automática do Discurso. In: GADET; HAK. *Por uma Análise Automática do Discurso*: uma Introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p.253-282.

PICCHIO, Luciana Stegno. *A Lição do Texto*. Filologia e Literatura. I-Idade Média. Lisboa: Edições 70, 1979.

WIKIPEDIA. Juliette Adam. Disponível em: <[http://fr.wikipedia.org/wiki/Juliette\\_Adam](http://fr.wikipedia.org/wiki/Juliette_Adam)>. Acesso em 21 abr. 2015.